

AULA 05 — Quem narra o indígena hoje

ROTEIRO DE AULA · leitura do professor

UC8 — Narrativas de Identidade e Nação · 2^{os} anos A, B, C, D e E · 90 minutos · Prof. Ulysses Cesar

Item	Detalhe
Duração	90 minutos (2 aulas geminadas)
Material	Handout AULA 05 — Quem narra o indígena hoje e versão adaptada
No quadro	Antes da aula, escrever apenas: SOBRE · POR
Objetivo	Que o estudante distinga ser representado de representar a si mesmo, e reconheça a autoria indígena contemporânea
Recolher	Bloco 2 da Aula 04
Formato	Atividade individual

COMO USAR ESTE ROTEIRO

Os textos em corpo grande são para ler em voz alta — pode ler literalmente ou parafrasear.

As caixas coloridas NÃO são para ler: são instruções para você.

Os tempos são referência, não obrigação. Se a turma render, aprofunde; se travar, corte pelo que está marcado como opcional ao final.

00 – 12 min · ABERTURA · Alguém já contou uma história sua?

AÇÃO

Recolha o Bloco 2 da Aula 04 durante a abertura.

Hoje eu quero começar com uma situação que todo mundo aqui já viveu.

PERGUNTE À TURMA

Alguém já contou uma história sobre você para outra pessoa? Uma história em que você aparecia, mas quem contava era outro?

PAUSE E ESCUTE

Vão rir e vão dizer que sim. Deixe alguém contar um caso, se quiser — mas corte antes de virar anedota longa.

PERGUNTE À TURMA

E a versão contada era a que você teria contado?

PAUSE E ESCUTE

Aqui a resposta é sempre não. Aproveite.

Reparem: não é que a pessoa tenha mentido. Pode ter contado tudo verdade. Mas ela escolheu o que era importante. Escolheu onde começar, onde terminar, o que deixar de fora.

ESCREVA NO QUADRO

Aponte para as duas palavras já escritas: SOBRE · POR. Escreva embaixo de cada uma: "alguém fala SOBRE mim" e "eu falo POR mim".

Essa diferença parece pequena e não é. Ela não é de estilo. É de poder. Quem narra decide o que é relevante.

Agora multipliquem isso por cinco séculos e por um país inteiro. É essa a situação dos povos indígenas no Brasil: descritos por cronistas, missionários, naturalistas, romancistas e antropólogos. Quase nunca por si mesmos.

12 – 25 min · O QUE MUDA QUANDO A AUTORIA MUDA

AÇÃO

Distribua o handout. Versão adaptada de forma reservada.

PERGUNTE À TURMA

Quem lembra o que acontece com a Iracema no final do livro?

PAUSE E ESCUTE

Deixe reconstruírem: entrega o segredo, o corpo, o filho e a vida. Morre. Se esquecerem, retome rapidamente — a Aula 2 foi há três semanas.

Ela é personagem. Alguém escreveu ela. E esse alguém era um homem branco, advogado, deputado, depois Ministro da Justiça do Império.

Agora vejam o que aparece quando os autores são indígenas.

Do povo Krenak. Escritor e pensador. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, de 2019, ele questiona a própria ideia de humanidade separada da natureza e critica a noção de progresso que sustentou a colonização.

Reparem no deslocamento: não é uma personagem pedindo espaço. É um autor propondo uma tese sobre o mundo — e a tese inclui vocês, inclui a nossa maneira de viver.

Davi Kopenawa

Xamã e liderança yanomami. Autor, com o antropólogo Bruce Albert, de *A Queda do Céu*, de 2010. O livro apresenta a cosmologia yanomami e faz crítica direta à mineração e à devastação de territórios.

Daniel Munduruku

Do povo Munduruku. Escritor com dezenas de livros publicados, muitos voltados ao público escolar. E o que ele discute é justamente o modo como a escola brasileira ensinou sobre os povos indígenas.

Ou seja: ele está discutindo o que estamos fazendo agora, nesta sala.

PERGUNTE À TURMA

Comparem com Alencar. O que mudou de lugar?

PAUSE E ESCUTE

Conduza até: em Alencar, o indígena é TEMA. Em Krenak, ele é AUTOR — e o tema passa a ser o mundo, inclusive nós.

25 – 38 min · NOMEAR DIREITO

Agora um ajuste de vocabulário que vale nota em prova e vale respeito na vida.

PERGUNTE À TURMA

Quantos povos indígenas vocês acham que existem no Brasil?

PAUSE E ESCUTE

Deixe chutarem. Costuma aparecer dez, vinte, cinquenta.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: MAIS DE 250 POVOS · CERCA DE 150 LÍNGUAS

Mais de duzentos e cinquenta povos. Cerca de cento e cinquenta línguas indígenas vivas. Cada povo com organização social e território próprios.

Por isso não existe "o índio", no singular genérico. Existem POVOS INDÍGENAS, no plural. Dizer "o índio" apaga essa diversidade — é o equivalente a chamar todos os europeus de "o europeu".

CURIOSIDADE PARA CONTAR · A PALAVRA NASCE DE UM ERRO DE NAVEGAÇÃO

O termo índio vem do fato de os europeus acreditarem ter chegado às Índias. O nome que usamos há cinco séculos é, na origem, o registro de um engano geográfico. Não deixa de ser significativo: até o nome foi dado de fora.

Uma observação técnica, porque vocês vão encontrar isso em texto jurídico: a Constituição de 1988 usa a palavra índios nos artigos 231 e 232, porque essa era a linguagem da época. Em contexto jurídico, portanto, o termo aparece com naturalidade. Em textos de vocês, prefiram povos indígenas — ou, melhor ainda, o nome do povo.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: KRENAK · YANOMAMI · MUNDURUKU · GUARANI KAIOWÁ · XOKLENG

Escrever "o povo Yanomami, na fronteira entre Roraima e Amazonas" é muito mais forte do que escrever "os índios da Amazônia". Isso é precisão, e precisão rende ponto.

38 – 50 min · A LEI QUE ABRIU A PORTA DA ESCOLA

Agora eu preciso mostrar uma coisa que explica por que vocês estão aqui, nesta aula, neste momento.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva grande: LEI Nº 11.645 — 2008

Essa lei tornou obrigatório, nos currículos do ensino fundamental e médio, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Ela complementou a Lei 10.639, de 2003, que já havia incluído a história e cultura afro-brasileira.

PERGUNTE À TURMA

Façam a conta comigo. Dois mil e oito. Quantos anos vocês tinham?

PAUSE E ESCUTE

A maioria vai perceber que ainda não tinha nascido ou era bebê. Deixe a conta acontecer.

Antes de 2008, era perfeitamente possível concluir o ensino médio brasileiro inteiro sem estudar a história dos povos que estavam aqui antes da chegada dos portugueses — a não ser como capítulo introdutório do descobrimento.

E reparem no que a lei faz em termos jurídicos: ela transforma em OBRIGAÇÃO o que antes dependia da boa vontade de cada escola. Sai do campo da recomendação e entra no campo do dever.

LIGAÇÃO · AULA 01 · A COMUNIDADE IMAGINADA VOLTA AQUI

Retomem a primeira aula. Se a escola é uma das instituições que ensinam as pessoas a imaginar a nação, então mudar o currículo é mudar quem faz parte dessa imaginação. As Leis de 2003 e 2008 são, nesse sentido, leis sobre quem é o Brasil. E esta trilha existe por causa delas.

PAUSE E ESCUTE

Deixe essa conexão assentar. É um dos momentos em que o semestre se amarra.

50 – 62 min · AUTODETERMINAÇÃO E O MAPA QUE A ESCOLA NÃO MOSTRA

Existe um termo técnico para o direito de um povo definir a si mesmo.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: AUTODETERMINAÇÃO

É o direito de um povo decidir sobre sua própria organização política, social e cultural, sem imposição externa. Está na Constituição, no artigo 4º, inciso III, como princípio das relações internacionais. E é o fundamento da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007.

Aplicado ao nosso tema, tem uma consequência direta: cabe a cada povo dizer quem é, como se organiza e o que considera relevante na própria história. Não cabe ao Estado, nem ao antropólogo, nem ao romancista fazer isso por ele.

O mapa

PERGUNTE À TURMA

Onde vocês acham que vivem os povos indígenas no Brasil?

PAUSE E ESCUTE

Vão dizer Amazônia, floresta, norte. Deixe.

O Censo registra população indígena em TODAS as unidades da federação. Inclusive no Distrito Federal. Existem estudantes indígenas na rede pública do DF neste momento.

E uma parcela expressiva da população indígena vive em áreas urbanas.

PERGUNTE À TURMA

De onde vem a nossa imagem do indígena morando só na floresta?

PAUSE E ESCUTE

Conduza até a Aula 2: da literatura, que situava o indígena sempre num passado remoto e num lugar longínquo. A imagem é herança de um projeto literário.

CURIOSIDADE PARA CONTAR · COMO FUNCIONA JURIDICAMENTE A TERRA INDÍGENA

Vale registrar porque desmonta um argumento comum. A terra indígena é bem da União — artigo 20, inciso XI — de posse permanente do povo, que tem usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos. Ou seja: não é propriedade privada deles. Não pode ser vendida, penhorada, loteada nem transformada em fazenda. O desenho existe justamente para impedir que a terra seja perdida. É proteção, não privilégio.

62 – 80 min · STEWARDSHIP E A ATIVIDADE

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: SELF-DETERMINATION · ANCESTRAL LANDS · STEWARDSHIP

Três termos em inglês que vocês vão encontrar em reportagem, em relatório e em prova.

SELF-DETERMINATION é autodeterminação, que a gente acabou de ver. ANCESTRAL LANDS são terras ancestrais, ocupadas tradicionalmente por um povo.

E STEWARDSHIP é a que mais interessa. Quer dizer guarda, cuidado responsável de alguma coisa. Usa-se a expressão FOREST STEWARDS para descrever povos que preservam a floresta que habitam.

PERGUNTE À TURMA

Prestem atenção no que essa palavra faz. Comparem estas duas frases: "precisamos proteger os indígenas" e "os territórios indígenas conservam a floresta". O que muda?

PAUSE E ESCUTE

Conduza até: muda o sujeito da frase. Na primeira eles são objeto de proteção; na segunda são agentes de uma política pública.

Exatamente. Enquanto o argumento for "precisamos proteger", eles seguem na posição de tutelados que a gente estudou na Aula 2 — o Código Civil de 1916, lembram? Quando o argumento vira "eles conservam", eles aparecem como quem cuida, e não como quem é cuidado.

E anotem: textos em inglês sobre povos indígenas como guardiões da floresta e sobre direitos territoriais já apareceram em prova do PAS. Vale treinar esse vocabulário.

AÇÃO

Explique a divisão do handout: Bloco 1 e questões 1 a 5 agora, individualmente; Bloco 2 e questões 6 a 8 em casa.

AÇÃO

Circule. Na questão 3, sobre reescrever "o índio brasileiro vive na floresta", cobre as duas correções: o plural e a localização. Muitos corrigem só uma.

80 – 90 min · FECHAMENTO

Quero fechar chamando atenção para uma coisa que aconteceu hoje e que vocês talvez não tenham percebido.

Nas Aulas 2, 3 e 4, o padrão era sempre o mesmo: o símbolo elogiava enquanto a norma excluía. O romance celebrava o indígena e a lei tomava a terra. A pintura celebrava o embranquecimento e o decreto selecionava imigrante.

Hoje, pela primeira vez no semestre, os dois caminharam na mesma direção. O artigo 231 reconhece direitos originários. O artigo 232 dá legitimidade para ir a juízo em nome próprio — e quem pode processar não é incapaz. A Lei 11.645 obriga o ensino dessa história.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: 1845 CATEQUIZAR E CIVILIZAR → 1988 PROCESSOS PRÓPRIOS DE APRENDIZAGEM

Comparem essas duas datas. Em 1845, o decreto mandava catequizar e civilizar. Desde 1988, a Constituição assegura o uso das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Cento e quarenta e três anos separam as duas concepções de escola — e as duas foram, no seu tempo, política oficial de Estado.

Isso não significa que o problema esteja resolvido. Na Aula 9 vocês vão ver a disputa em curso, com o marco temporal. Mas marca uma mudança real de patamar jurídico.

E o mais importante: o que mudou não foi o indígena. Foi quem tinha o poder de narrá-lo.

AÇÃO

Lembre do Bloco 2. Registre no diário quem recebeu material adaptado e colha o recibo.

Se a turma perguntar (respostas prontas)

— Professor, mas se ele usa celular, ainda é índio?

Essa pergunta vai voltar na Aula 11 com nome próprio: armadilha da autenticidade. A resposta curta é jurídica: a Convenção nº 169 da OIT estabelece que a consciência da identidade indígena é o critério fundamental. Quem decide é a própria pessoa e o seu povo — não a roupa, não o objeto que ela usa. E faça o teste da simetria: ninguém diz que um brasileiro deixou de ser brasileiro por usar tênis americano.

— Por que tem tanta terra para tão pouca gente?

Duas respostas. A técnica: a terra não é propriedade privada deles — é bem da União com posse permanente, não pode ser vendida nem loteada. E a histórica: a comparação correta não é com o número atual de pessoas, mas com o território que ocupavam antes de 1500.

— Isso não é dividir o país?

Não. O artigo 231 está dentro da Constituição brasileira e trata de povos que são brasileiros. Reconhecer organização social própria não é criar outro país — é o mesmo raciocínio que reconhece autonomia a municípios e estados dentro da federação.

— Cai no PAS?

Cai. Autoria indígena contemporânea, direitos territoriais e o vocabulário em inglês sobre povos originários já apareceram. E Krenak é repertório muito forte para redação sobre meio ambiente, consumo e futuro.

Se faltar tempo, corte nesta ordem

1. A explicação sobre o regime jurídico da terra indígena — ela volta integralmente na Aula 9.
2. Davi Kopenawa e Daniel Munduruku, mantendo apenas Ailton Krenak como exemplo de autoria.
3. A origem da palavra índio como erro de navegação.
4. Reduza o bloco do vocabulário em inglês a *stewardship* apenas.

Se sobrar tempo

- Leia em voz alta um trecho curto de Ailton Krenak e peça que a turma identifique a tese. Funciona muito bem porque ele escreve em frases curtas e diretas.
- Peça que procurem quantos povos indígenas existem no estado ou região de origem da família de cada um. Personaliza o mapa.
- Compare a capa de uma edição antiga de Iracema com a capa de um livro de autor indígena contemporâneo. A diferença de quem aparece e como é imediata.

Lembretes de inclusão

- Entregue a versão adaptada de forma reservada, sem anúncio à turma.
- Para estudantes com DI, a oposição SOBRE / POR funciona bem porque é concreta. Ancore nela e retome sempre que necessário, com o exemplo da história contada por outra pessoa.
- Para estudantes com TEA, antecipe que haverá nomes próprios novos e escreva-os no quadro — nomes não familiares são fonte de perda de fio.

- Para estudantes com TDAH, esta aula tem seis blocos curtos; use a virada de bloco como pausa natural e distribua as perguntas dirigidas ao longo dela.
- Se houver estudante indígena na turma, NÃO o convoque a falar em nome do seu povo nem peça que confirme informações. Convide-o como convidaria qualquer outro estudante, e apenas isso.
- Colha a assinatura do recibo e registre no Diário conforme a Resolução nº 1/2017 – CEDF.